

Linguística, Letras e Artes e sua Atuação Multidisciplinar 2



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Linguística, Letras e Artes e sua Atuação Multidisciplinar 2



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Linguística, letras e artes e sua atuação multidisciplinar

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L755 Linguística, letras e artes e sua atuação multidisciplinar 2 [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-206-7

DOI 10.22533/at.ed.067202307

1. Artes. 2. Letras. 3. Linguística. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

CDD 410

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E SUA ATUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR 2, coletânea de vinte e três capítulos que une pesquisadores de diversas instituições nacionais e internacionais, discute temáticas que circundam a grande área das Letras e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber, como marcado pela proposta multidisciplinar fixada no seu escopo maior.

Destarte, esse volume está ancorado em três eixos maiores: a Linguística, a Letras e as Artes. É assim que o diálogo se dá, sempre observando o entrelaçar com outras áreas, assim como o debatido e refletido a partir de construções sociais para o tema.

No momento dedicado a Linguística, temos doze capítulos que atravessam as variadas correntes analíticas dos estudos linguísticos, dos estudos advindos das contribuições de Saussure até mesmo a aplicação do ensino de língua, seja portuguesa ou inglesa, e a sua interação com o suporte, com o livro didático.

A etapa voltada para a Literatura, apresentamos seis capítulos que mantêm essa proposta de diálogo com a atualidade e com os dilemas sociais do momento, assim observamos discussão que paira os livros infantis e as representações de sentimentos e perturbações humanas na composição literária.

As Artes aqui congregam cinco capítulos que abordam a dramaturgia, a pintura e a música, esta também dialogada com a experiência e o exercício do profissional da área.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A LÍNGUA COMO ELEMENTO DE PODER: UMA REVISÃO HISTÓRICA A PARTIR DOS EXCERTOS DE SAUSSURE	
Lucas da Silva Paulino	
DOI 10.22533/at.ed.0672023071	
CAPÍTULO 2	15
A INTERFERÊNCIA DOS FATORES EXTRALINGUÍSTICOS NA CONCORDÂNCIA VERBAL	
Renné da Glória Andrade Valéria Viana Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.0672023072	
CAPÍTULO 3	20
CASOS DE FLUTUAÇÃO DO MODO SUBJUNTIVO: ATOS DE FALA DO CAMPO SEMÂNTICO DE DÚVIDA	
Adriana Ferreira de Sousa de Albuquerque Alessandra Zager Tinoco Viana	
DOI 10.22533/at.ed.0672023073	
CAPÍTULO 4	38
ENTRE PALAVRAS E PALAVRÕES CAMINHA A HUMANIDADE: INTERFACES LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS	
Samara Trovão Meneguetti Claudia Maris Tullio	
DOI 10.22533/at.ed.0672023074	
CAPÍTULO 5	51
A PERSPECTIVA INTERACIONISTA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA MATERNA E COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: UM ESTUDO DE INTER-RELAÇÕES	
Laíza da Costa Soares Araújo Mônica Mano Trindade Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.0672023075	
CAPÍTULO 6	63
ONDE ESTÁ O SUCESSO? UMA ANÁLISE DA OBRA “O SUCESSO PASSO A PASSO”	
Thiago Barbosa Soares	
DOI 10.22533/at.ed.0672023076	
CAPÍTULO 7	78
POLIFONIA DE ENUNCIADORES E OPERADORES ARGUMENTATIVOS NO DISCURSO JORNALÍSTICO	
Laíza da Costa Soares Araújo Mônica Mano Trindade Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.0672023077	
CAPÍTULO 8	91
DISCURSO JURÍDICO E PLANEJAMENTO FAMILIAR: ANÁLISE SOB UM VIÉS FOUCAULTIANO	
Felipe Bini Claudia Maris Tullio	
DOI 10.22533/at.ed.0672023078	

CAPÍTULO 9	102
GÊNEROS TEXTUAIS E DOCÊNCIA COMPARTILHADA, UMA PRÁTICA AO AUXÍLIO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM	
Cleber Cezar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0672023079	
CAPÍTULO 10	113
ATIVIDADES DE ENSINO DE VOCABULÁRIO EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO: SOB OS ASPECTOS LEXICAIS	
Rosemeire de Souza Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.06720230710	
CAPÍTULO 11	125
O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA VISÃO HISTÓRICA SOBRE ESTE INSTRUMENTO PEDAGÓGICO	
Gabriela Schmitt Prym Martins	
Roberta Costella	
DOI 10.22533/at.ed.06720230711	
CAPÍTULO 12	137
PRÁTICAS DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS CURTOS EM LÍNGUA INGLESA NO ENSINO MÉDIO	
Gabriel Marchetto	
DOI 10.22533/at.ed.06720230712	
CAPÍTULO 13	144
A FUNÇÃO SOCIAL DOS LIVROS INFANTIS COM PROTAGONISTAS/PERSONAGENS NEGROS	
Thamiris Adão Ferreira da Silva	
Jovana Aparecida da Silva	
Lídia Maria Nazaré Alves	
DOI 10.22533/at.ed.06720230713	
CAPÍTULO 14	154
PERCEPÇÕES SOBRE O LIVRO CHAPEUZINHOS COLORIDOS DE JOSÉ ROBERTO TORERO E MARCUS AURELIUS PIMENTA	
Katiane Dal Molin	
DOI 10.22533/at.ed.06720230714	
CAPÍTULO 15	164
TEXTURAS E TESSITURAS DA LÍRICA: UM MODO DE LER A POESIA DE MAX MARTINS	
Carolina da Costa de Almeida	
Raphael Bessa Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.06720230715	
CAPÍTULO 16	176
A REPRESENTAÇÃO DA LOUCURA, MORTE E LUTO NO CONTO “A TERCEIRA MARGEM DO RIO” DE JOÃO GUIMARÃES ROSA	
Thaína Martins da Silva	
Lídia Maria Nazaré Alves	
DOI 10.22533/at.ed.06720230716	

CAPÍTULO 17	187
RELACIONAMENTO ABUSIVO COMO MORTE METAFÓRICA: ANÁLISE DA OBRA RETRATOS DE CAROLINA DE LYGIA BOJUNGA	
Ana Carolina de Castro Batista Thiago Alves Valente	
DOI 10.22533/at.ed.06720230717	
CAPÍTULO 18	198
CAMILO CASTELO BRANCO NO SÉCULO XXI	
Luiz Eduardo Martins de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.06720230718	
CAPÍTULO 19	208
O FIO DA NARRATIVA MÍTICA NA TRAMA DE DRAMATURGIAS FEMINISTAS	
Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra	
DOI 10.22533/at.ed.06720230719	
CAPÍTULO 20	216
A CIÊNCIA AO SERVIÇO DA ARTE E DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO: TRÊS CASOS DE ESTUDO EM PINTURAS MURAIS DO PROJETO <i>PRIM'ART</i>	
Milene Gil Duarte Casal	
DOI 10.22533/at.ed.06720230720	
CAPÍTULO 21	227
OS TRANCOS DO PROGRESSO: O OLHAR CAIPIRA SOBRE SÃO PAULO NA MODA DE VIOLA BONDE CAMARÃO	
Carlos da Veiga Feitoza Beatriz Magalhães Castro	
DOI 10.22533/at.ed.06720230721	
CAPÍTULO 22	243
SITUAÇÃO PROFISSIONAL DE EGRESSOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MÚSICA: ATUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR NA E FORA DA ÁREA DE MÚSICA	
Juraci Alves Silva Neto Cíntia Thais Morato	
DOI 10.22533/at.ed.06720230722	
CAPÍTULO 23	258
A MÚSICA E O INGLÊS DE MÃOS DADAS NA “TARDE CULTURAL”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL ROTARY NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN	
Danilo Augusto de Menezes Giann Mendes Ribeiro Rita Célia Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.06720230723	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

DISCURSO JURÍDICO E PLANEJAMENTO FAMILIAR: ANÁLISE SOB UM VIÉS FOUCAULTIANO

Data de aceite: 13/07/2020

Data de Submissão: 14/04/2020

Felipe Bini

Universidade Estadual do Centro Oeste
(UNICENTRO)
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/0648436830334642>

Claudia Maris Tullio

Universidade Estadual do Centro Oeste
(UNICENTRO)
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/9417865332945400>

RESUMO: O presente trabalho é uma análise de discurso foucaultiana referente a lei 9.263 de 1996, conhecida como a lei do Planejamento Familiar, identificando os enunciados e a articulação do conceito de biopoder, também de Foucault. Assim, se levantou conceitualmente a noção de biopoder e a forma específica de análise do discurso de Michel Foucault. Com a análise, localizou-se duas formações discursivas que entram em conflito, especialmente no que se refere ao artigo 10, que versa sobre procedimentos de esterilização

PALAVRAS-CHAVE: Análise de discurso; Michel Foucault; biopoder.

LEGAL DISCOURSE AND FAMILY PLANNING: ANALYSIS FROM A FOUCAULTIAN PERSPECTIVE

ABSTRACT: The present work is a discourse analysis related to Law 9.263 of 1996, known as the Family Planning Law, identifying the statements and articulating the concept of biopower, also by Foucault. Thus, a concept of biopower and a specific form of analysis of discourse through Foucault were conceived. With the analysis, two discursive formations were found that come into conflict, especially with regard to article 10, which deals with sterilization procedures.

KEYWORDS: Discourse analysis; Michel Foucault; biopower.

INTRODUÇÃO

A constituição federal de 1988 assegura a liberdade no planejamento familiar a todo brasileiro, deixando ao Estado a responsabilidade de propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedando qualquer coerção por parte de instituições. Por sua vez, é a Lei Federal 9.263/96 que de fato trata de tal planejamento, garantindo esse direito a todo cidadão, entendendo-o “como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta

direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.” (BRASIL, 1996). Assim, as informações pertinentes ao planejamento, bem como o acesso aos instrumentos e ações para a regulação da fecundidade, se tornam uma obrigação do Estado, através do Sistema Único de Saúde.

Entre tais ações, a lei recorta, em seu artigo 10, os métodos de esterilização voluntária, estabelecendo situações em que os mesmos são permitidos. Essas situações surgem como critérios específicos, tais como idade e quantidade, bem como um certo fluxo de procedimentos anteriores, como o prazo de sessenta dias entre a solicitação do cidadão e o ato cirúrgico, ou mesmo em situações de risco aos indivíduos. Além disso, também institui os métodos, a saber, a vasectomia e a laqueadura tubária, abrindo espaço para outros “método cientificamente aceito” (BRASIL, 1996).

A L9263 apresenta-se, então, como um texto jurídico que estabelece um fluxo ou uma regulação de corpos e procedimentos, visando garantir um direito e, em seu art. 10, exercendo um poder sobre algumas formas de acesso a esse direito, poder esse exercido por profissionais de saúde através, espera-se, de critérios técnicos.

Diante disso, a presente pesquisa tem o objetivo de identificar o jogo de relações discursivas produzido pela lei na sistematização e regulação desses corpos. Para tanto, utiliza-se das noções de Michel Foucault para analisar o discurso presente no texto, bem como o conceito de biopoder desenvolvido pelo mesmo, entendido aqui como uma forma de política da população, voltada para o corpo vivente e seus processos biológicos:

o conceito de ‘biopoder’ serve para trazer à tona um campo composto por tentativas mais ou menos racionalizadas de intervir sobre as características vitais da existência humana. As características vitais dos seres humanos, seres viventes que nascem, crescem, habitam um corpo que pode ser treinado e aumentado, e por fim adoecem e morrem. E as características vitais das coletividades ou populações compostas de tais seres viventes (RABINOW & ROSE, 2006, p; 27)

A pesquisa justifica-se como um campo de relevância para áreas voltadas a saúde e políticas públicas, permitindo um olhar mais amplo para os profissionais que, direta ou indiretamente, fazem parte do exercício de poder dessa lei. Ademais, o estudante de Letras pode encontrar aqui novos balizamentos e referências aos conceitos clássicos de análise do discurso, bem como sua utilização dentro de uma aproximação entre linguística e direito.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, essa pesquisa teve dois momentos: o de pesquisa bibliográfica e a subsequente análise do discurso. Em um primeiro momento, a realização de um levantamento bibliográfico sobre a Lei 9.263, seguido de leitura das obras de Michel Foucault *A Arqueologia do Saber* (2015), *Vigiar e Punir* (2014a) e *A Ordem do Discurso* (2014b), com os textos complementares de comentadores, como Nadir & Ramminger (2012), Nadir e Silva (2004), Milanez (2004), Fischer (2001).

Com a delimitação dos textos e as discussões realizadas, deve-se seguir para a tessitura da fundamentação teórica, explicitando os conceitos a seres utilizados, para então, com essa base, poder ser realizado a análise *per se*.

A constituição federal de 88 instaura, em seu § 7 do art. 226, o direito ao planejamento familiar do homem, mulher ou casal, sendo posteriormente regulado pela lei 9263 de 1996. O planejamento familiar consiste, como consta no art 2º dessa mesma lei “o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal” (BRASIL, 1996, p.1), garantindo assim um direito básico de cidadania: gerar ou não filhos. Considerando, então, que a mesma lei se propõe a regular e estabelecer critérios e penalidades para o acesso a esse direito, em especial no que se refere aos procedimentos de laqueadura tubaria e vasectomia, torna-se inevitável para os fins de uma análise dos efeitos desse discurso passar pelo conceito de biopoder, estabelecido por Michel Foucault ao longo de suas obras.

Em *Vigiar e Punir* (2014a), Foucault trabalha o surgimento da prisão e dos métodos políticos de repressão, punição e disciplina. Aqui, entreve-se a ligação entre saber e poder, especialmente aquela que se refere a formalização dos saberes sobre os corpos e como o poder se exerce através desses conhecimentos. Ao retomar os saberes sobre o corpo produzidos até então, localiza que vem sendo abordado por duas vertentes gerais: o corpo biológico, com toda sua complexidade e patologias, e o corpo político, marcado pelo poder em um nível econômico, produtivo, de dominação e submissão, mas bem como também de necessidade. Essa sujeição, porém, do corpo político não é unicamente obtido através da violência ou de ideologia, mas sim de um saber que engloba as duas vertentes antes postas: “pode haver um ‘saber’ do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo” (FOUCAULT, 2014a, p. 30). As instituições ou os aparelhos do Estado não possuem a localidade ou a nascente dessa tecnologia, mas antes recorreriam a ela: “Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e forças” (ibidem).

Assim, esse corpo político, a partir do poder e do saber, toma outra forma. Foucault realça que poder e saber estão mutuamente implicados, materializando então elementos e técnicas que perpassariam o corpo humano e o submeteriam à forma de objeto de saber. Logo, também, submetidas como objetos de poder por políticas do Estado.

É essencial entender que o biopoder está associado a essa maneira de controlar a vida dos indivíduos através de saberes normalizadores (NARDI & RAMMINGER, 2012). Milanez (2004) acentua que o biopoder está associado aos direitos de vida e de morte ligados aos poderes jurídicos, mais especificamente como direito de causar a vida ou de devolver à morte “O poder exercer-se-á, portanto, por meio de procedimentos que caracterizam tanto a disciplina quanto a mecânica de processos biológicos, controlando a qualidade e a duração da vida em nossa sociedade” (p. 197). Assim, a disciplina que Foucault (2014a) localizara

em ambientes como a escola, a prisão e a estrutura militar, com suas regras de repetição de atividades do corpo, de serialização e rigor do tempo, as fileiras ou lugares dos corpos, também abre para espaços que lhes corresponde, como a ideia de quadro: “O quadro, no século XVIII, é ao mesmo tempo uma técnica de poder e um processo de saber. Trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma ‘ordem’” (FOUCAULT, 2014a, p. 145). Essa técnica-processo, tal como outros frutos da disciplina, permite a ligar o singular e o múltiplo, através da mecânica dos processos biológicos, como citado por Milanez:

Cria-se, assim, um jogo em que o poder se estende e envolve a produção e reprodução de vida. A disciplinaridade dos corpos como meio anátomo-político do corpo humano desenha-o como máquina, individual na sua reutilização, mas social no que concerne a sua seriação, despersonalizando-o, ao tratar de uma biopolítica da população (MILANEZ, 2004, p. 198)

É importante ressaltar que Foucault localiza a disciplina dentro do modelo de sociedade disciplinar do século XIX, mas o modelo instituído no século XX seria a sociedade de controle. Apesar disso, as considerações aqui levantadas sobre a disciplina e o biopoder não são abandonadas, visto que apenas adquirem novas formas

O conjunto da sociedade torna-se uma grande prisão, pois o controle se exerce de forma imaterial: ele não se acha mais limitado a um espaço fechado, prescindindo das instituições concretas que lhe serviam de suporte para se apoderar apenas da lógica inerente a elas. Isso quer dizer que a lógica disciplinar, enquanto exercício do poder, continua presente, mas, desta vez, de uma forma volátil. É a essa volatilização da lógica disciplinar que Deleuze (1990) se refere quando fala que as novas formas de dominação se produzem num meio a céu aberto. (NARDI & SILVA, 2004, p. 193)

Seja numa sociedade disciplinar, seja em uma de controle, o biopoder precisa ser constituído pelo saber-poder. Essa constituição está atrelada, como já se delineou, pela produção de conhecimento e de práticas, sendo autorizadas e geradas por discursos ao mesmo tempo que autorizando e gerando novos discursos. Para Fischer (2001), a prática discursiva nos moldes foucaultianos se corporifica em técnicas e efeitos e, na outra via, “as técnicas, as práticas e as relações sociais, em que estão investidos os enunciados, constituem-se ou mesmo se modificam exatamente através da ação desses mesmos enunciados” (p. 217).

É necessário entender que para Foucault o discurso tem regulações internas e externas. Para ele, a produção dos discursos é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014b, p. 8). Das externas, localiza três regulações ou exclusões: a palavra proibida, a exclusão e a vontade de verdade. Entre os sistemas de regulação interna, localiza a disciplina ou, talvez, seria melhor dizer, localiza parte da constituição da disciplina também no discurso. Ela funciona aqui como uma regulação interna do discurso, juntamente com

as noções de autor, comentário e de posição do sujeito. Todas essas regulações colocam o discurso no jogo do poder e do desejo e fazem constituir, também, os saberes.

Para além de pensar o discurso como parte desse processo de instituir o poder-saber, como uma forma de engendrar disciplinas e dispositivos de controle, Foucault (2015) propõe um método de análise de discurso

Trata-se de uma empresa pela qual se tenta medir as mutações que se operam, em geral, no domínio da história; empresa onde são postos em questão os métodos, os limites, os temas próprios da história das ideias; empresa pela qual se tenta desfazer as últimas sujeições antropológicas; empresa que quer, em troca, mostrar como essas sujeições puderam-se formar. (p. 18)

Para tanto, ele movimenta duas noções: de formações discursivas e de enunciado “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2015, p. 143). Para entender melhor essa conceituação, Fischer (2001) explicita o enunciado enquanto uma função que atravessa a linguagem. “Atravessa”, pois, enquanto enunciado, carrega um quê de materialidade, de prática

A ideia contida nas expressões “condições de existência”, “domínio”, “grupo individualizável” e “prática regulamentada”, usadas nas definições anteriores, é básica para entendermos a definição de enunciado como “função de existência”, a qual se exerce sobre unidades como a frase, a proposição ou o ato de linguagem. (FISCHER, 2001, p. 201)

Essa referência é importante para entender que o enunciado está para além da frase ou das proposições lógicas. É possível entender essas formulações como enunciados, desde que se possuam quatro elementos básicos: um referencial (entendido como um princípio de diferenciação), um sujeito (enquanto uma posição a ser ocupada), um campo associado (coexistindo com outros enunciados) e uma materialidade (não só a substância, mas também um estatuto com regras de transcrição, usos possíveis e mesmo reutilização). Fischer esclarece “Descrever um enunciado, portanto, é dar conta dessas especificidades, é apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar” (2001, p. 202).

Essa descrição dos enunciados é o que permite demarcar uma formação discursiva o que, por sua vez, propicia revelar algo dos enunciados. Foucault estabelece então que é preciso compreender a formação discursiva como

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2015, p. 88)

Fischer (2001) alerta sobre uma diferenciação importante, especialmente para o

presente trabalho: a formação discursiva não é uma descrição de disciplinas, mesmo que essa segunda possa ter sua manifestação analisada a partir de seus enunciados e constituir, assim, formações discursivas. Ela deve ser vista “como o ‘princípio de dispersão e de repartição’ dos enunciados [...] segundo o qual se ‘sabe’ o que pode e o que deve ser dito, dentro de determinado campo e de acordo com certa posição que se ocupa nesse campo” (FISCHER, 2001, p. 203).

Portanto, o analista do discurso foucaultiano deve constituir, da dispersão dos enunciados, unidades, tendo em mente que elas não estão dadas pelo objeto (FISCHER, 2015). É, assim, um trabalho de constituição, desde que esteja mostrando no interior de um discurso como aparecem e se distribuem os enunciados. Também se faz necessário determinar qual a posição de sujeito que pode ocupar-se daquele enunciado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A lei 9263/96 traça dois caminhos em direção ao direito reprodutivo: em seus primeiros artigos, estabelece justamente o direito, definindo-se o planejamento familiar e instaurando como parte da cidadania seu acesso a ele; lentamente, estabelece a maneira como o Estado – em seus dispositivos – deve lidar com esse direito, definindo o que deve ser feito enquanto prática, culminando no artigo 10 no estabelecimento de procedimentos científicos para a esterilização, indicando arestas tanto para o cidadão que deseja acessar esses métodos quanto aos profissionais que abrirão as portas.

A partir da definição dos quatro elementos básicos que constituem um enunciado e orientado pelos objetivos desse trabalho, foram separados então os seguintes artigos para análise: artigos 1º, 2º, 5º, 9º e 10º.

Os artigos 1º e 2º formam um só enunciado. Eles se referem ao estabelecimento do planejamento familiar, tanto enquanto direito “de todo cidadão” quanto como definição “entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal”.

Deste enunciado ocupa-se diversos sujeitos, aquele de direito, aquele que exerce a prática jurídica, uma própria noção quase transcendente de lei como reguladora de verdade (aqui indicado nas formas de “observado o disposto nesta lei” e “para fins desta Lei”). Esses diferentes lugares de onde se fala esse enunciado ajuda a entender os locais de onde ele pode se ocupar: o sujeito de direito se refere ao homem, mulher ou casal que de fato pode se valer do enunciado para fins de acesso ao planejamento; o sujeito jurídico aponta para todos os profissionais e órgãos que se utilizam dessas definições dentro de instituições que necessitem desse enunciado, instituições também jurídicas; a Lei enquanto reguladora define também o enunciado para a materialidade em seus diversos lugares: não só em modelos municipais ou estaduais para o exercício do planejamento familiar, mas também aos próprios profissionais de saúde, as instituições privadas que podem oferecer os serviços (como fica

disposto no art. 7º) e, enfim, a própria Lei ao ser posta nesses diversos movimentos. Seria possível definir também como sujeitos possíveis os profissionais de saúde e de assistência social que se ocupam dessa lei ou aos pesquisadores de diversas áreas.

Ao definir os sujeitos, já se entreve também os campos associados. O discurso jurídico onde ela se encontra com mais proeminência se associa dentro da lei como um todo (nos demais artigos), mas também se derrama ao discurso da saúde, da mulher, da maternidade e paternidade, uma vez que abre para esses campos possibilidades de retomar, recortar, relacionar esse enunciado. Enquanto lei, estabelece a esses diversos campos possibilidades e impossibilidades de dizer e de fazeres. Materialmente, o enunciado aparece no escrito da lei, no diário oficial da união, podendo ser retomado em protocolos, planejamentos municipais e estaduais, na fala daqueles que se valem dela. O que diferencia esse enunciado – formado pelos dois artigos – é que sua definição, ao ser usada por esses sujeitos nessas diversas materialidades, apontam então para os diversos campos elencados práticas específicas. Assim sendo, definir o planejamento familiar como esse conjunto de ações de regulação de fecundidade para esses cidadãos especificamente, enquanto uma lei, permite articular realidades diversas, conjugando o poder-saber e movimentando o enunciado pelos corpos.

Esse primeiro enunciado estabelece também uma relação de contraste com os demais. Considerando que todos os artigos estão diretamente relacionados a essa definição de planejamento familiar, movimenta a análise e a constituição de suas unidades de forma singular. Segue-se agora para o artigo 5º, permitindo visualizar melhor esse contraste.

Para o exercício do planejamento familiar, o Estado deve “promover condições e recursos informativos, educacionais, técnicos e científicos”, através principalmente do Sistema Único de Saúde (SUS) e, quando couber, do sistema educacional. Aqui não se refere mais à definição de planejamento familiar, mesmo que se relacione com o campo do primeiro enunciado, mas ao que compete ao Estado, ou seja, ao seu fazer. Os sujeitos que articulam se mantem quase os mesmos, dando uma ênfase maior nos servidores de saúde – uma vez que se elege o SUS como principal meio, bem como se estabelece esses recursos enquanto técnicos e científicos – e também aos educacionais, como servidores da rede pública e privada de educação. Não há uma mudança significativa na materialidade (salvo, talvez, a possibilidade de que o enunciado se presentifique em informativos diversos), mas aos campos associados se volta aos discursos da pedagogia e da medicina com mais ênfase, definindo uma competência.

Percebe-se, paulatinamente, o aparecimento mais recorrente do “técnico” e científico: no artigo 4º e em seu parágrafo único, esses termos já aparecem, mas é no artigo 5º que começam a articular com a prática referente ao planejamento familiar. Assim, a lei pouco a pouco estabelece uma disciplina específica que cuidará de procedimentos referentes a esse direito, garantindo - como se verá no próximo enunciado – o movimento do poder para ela.

O artigo 9º estabelece então a oferta de todos os métodos e técnica para concepção e contracepção desde que aceitos cientificamente e que não coloquem a vida e a saúde das pessoas em risco. Garante, por fim, a liberdade de se optar por quaisquer destes métodos. No artigo 10º é posto, por fim, os critérios para o acesso se a opção desejada for a esterilização

voluntária.

Define-se que homens e mulheres maiores de vinte e cinco anos ou com, ao menos, dois filhos vivos, e em plena capacidade civil, podem realizar o procedimento “desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico”. Dentro desses sessenta dias, os solicitantes terão acesso a serviços de regulação da fecundidade e aconselhamento por uma equipe multidisciplinar com o objetivo de desencorajar a esterilização precoce. Outra possibilidade de acesso ao serviço, no parágrafo II é o “risco à vida ou à saúde da mulher ou do futuro concepto, testemunhado em relatório escrito e assinado por dois médicos”.

Isso define especificamente os sujeitos que se utilizarão desse enunciado, sendo todo cidadão desde que não seja qualquer pessoa. Os critérios para isso, para essa limitação de autonomia (ou talvez, para a escolha de quem tenha autonomia) aponta para formações discursivas fora da lei: noções como a maturidade de quem tem 25 anos ou mais, a subjetividade de quem já tem dois filhos vivos e, portanto, não viria a se “arrepender” do processo, e a garantia de que essa subjetividade e maturidade estejam em pleno desenvolvimento a partir do desencorajamento por uma equipe multidisciplinar. O uso de “equipe multidisciplinar” movimenta tantas outras formações discursivas quanto possíveis, desde que se encaixe dentro de um campo geral de “disciplinas” reconhecidas cientificamente.

Outras condições associadas ao acesso são colocadas em seguida: a proibição da esterilização em mulheres em períodos de parto ou aborto; registro escrito e firmado da manifestação da vontade após a “informação a respeito dos riscos da cirurgia, possíveis efeitos colaterais, dificuldades de sua reversão e opções de contracepção reversíveis existentes”; que os procedimentos utilizados para a esterilização sejam a laqueadura tubária, a vasectomia ou outros métodos cientificamente aceitos, com exceção da histerectomia e ooforectomia; que em casos de casais, necessita-se do consentimento de ambas as partes; a necessidade de autorização judicial para pessoas “absolutamente incapazes”; e a definição de que não se pode considerar como “manifestação de vontade” na ocorrência “de alterações na capacidade de discernimento por influência de álcool, drogas, estados emocionais alterados ou incapacidade mental temporária ou permanente”.

Assim, o art. 10 define as possibilidades da prática da esterilização voluntária, mas parece preferenciar certos sujeitos e disciplinas, apontando para campos de saberes mais específicos que outros, a saber, a da medicina e as de radical *psi* (psicologia e psiquiatria).

Se, por um lado, a manifestação da vontade de forma escrita se encaixa ao registro jurídico, as condições de sua validade estão em outro lugar. As alterações no discernimento enunciam o surgimento de, pelo menos, os dois campos supracitados: álcool e droga para a medicina em contexto amplo (visto as diferentes ferramentas que podem ser utilizadas para sua medição), enquanto estados emocionais alterados e incapacidade mental se refeririam ao fragmentado campo “*psi*”.

Nardi e Silva (2004), a partir de Foucault, demonstram o surgimento de um saber psicológico como parte do desenvolvimento da sociedade de controle, marcado por uma experiência voltada a individualização dos atos e dos controles. Enquanto em uma sociedade

disciplinar, marcada sobretudo pelos muros da prisão, necessita de um controle “fechado”, procedimentos sutis a “céu aberto” necessitam de processos mais flexíveis (NARDI & SILVA, 2004).

que muda são basicamente as formas de atualização do poder através de outras estratégias disciplinares: daqui em diante, para exercê-lo, não basta controlar os corpos por meio do seu confinamento dentro de determinados espaços fechados na tentativa de domesticá-los. O controle doravante deverá se exercer através de formas cada vez mais sutis de assujeitamento, moldando nossos corpos não apenas do exterior, mas, sobretudo, do interior, através de uma homogeneização dos nossos modos de pensar, agir e sentir. (Nardi & Silva, 2004, p. 192)

Tornando-se um objeto de investigação, o indivíduo transforma-se numa ideia abstrata de experiências subjetivas homogêneas. Para tanto, as disciplinas “psi” contribuem para uma prática de normatividade dos comportamentos dos corpos nos espaços sociais, sem, no entanto, pensar na relação do sujeito com o espaço social, mas sim dele consigo mesmo.

Mas o que isso tem a ver com essa condição de acesso ao planejamento familiar? Ao definir uma não expressão de vontade a partir “de alterações na capacidade de discernimento por influência de álcool, drogas, estados emocionais alterados ou incapacidade mental temporária ou permanente”, a lei 9.234 articula, ao contrário do que parecia ocorrer até então, uma completa verticalização na relação entre o cidadão com o médico. Nesse sentido, o que os outros artigos tinham de se colocar, por assim dizer, “na boca” do cidadão, do sujeito de direito, enfim, do indivíduo que manifesta sua vontade, aqui a balança do poder pesa para um sujeito dotado de um poder-saber específico: o médico ou o psicólogo.

Esse mesmo enunciado aponta para outra formação discursiva, isso é, para a feminista. Dado o caráter patriarcal da sociedade que historicamente associa à mulher concepções de loucura ou de humores voláteis, o disposto na lei vai na contramão daquilo que define logo no seu art. 2º: garantir direitos iguais de controle da fecundidade. Torna-se assim o critério de alterações de discernimento em uma ferramenta mais poderosa contra a mulher. O mesmo poderia ser dito do consentimento expresso por parte do cônjuge.

O que se percebe, por fim, é que no artigo 10 se define um biopoder especificamente exercido pelo profissional de saúde, mobilizando os enunciados à práticas e saberes que comportam os sujeitos que possuam acesso a esse discurso sobre os corpos daqueles que teriam, conforme previamente instituído, direito em acessar procedimentos para si.

CONCLUSÕES

A análise empreendida nesse artigo se baseou em um recorte específico das teorias de Michel Foucault, mais especificamente em sua forma “arqueológica” em detrimento da “genealógica”. Mesmo assim, é importante ressaltar que a unidade composta aqui permitiu localizar algumas características importantes da lei 9.263.

Talvez o ponto mais polêmico da pesquisa seja a existência de duas formações discursivas bem definidas: uma que articula a autonomia dos sujeitos e lhes concede um

poder emancipatório e decisão importante, especialmente para as mulheres; e outro que vai de encontro com o primeiro, quando a balança de poder no artigo 10 pende para o lado do profissional de saúde. Naturalmente, de acordo com o método de Foucault, poderia se identificar outras, mas que de um ponto a outro esbarraria em uma dessas duas.

A relação dos enunciados a uma prática de poder também parece ficar clara paulatinamente, uma vez que os artigos seguem evoluindo para uma maior consideração das técnicas e procedimentos a serem exercidos nos corpos, mas especificando quais corpos e quem os define.

Fica a possibilidade de novas análises dessa lei, relacionando a outros discursos, como o discurso feminista ou da loucura. Também é importante salientar que a lei 9.263 segue tendo uma importância significativa no que se refere aos direitos reprodutivos. O que se mostra, com a análise, é um ponto de fragilidade quando se refere ao acesso de indivíduos a procedimentos de esterilização por serem assujeitados a definições e práticas unilaterais e homogenizadoras. O trabalho de Nardi e Silva (2004) oferece importantes contribuições para uma leitura mais aprofundada, sob a mesma ótica foucaultiana.

Por fim, com as considerações já elencadas, conclui-se que o trabalho alcançou os objetivos específicos, localizando os enunciados, identificando os jogos de poder e o exercício do biopoder. Como bem salienta Fischer (2004) “Se os acontecimentos são apenas marcados pela linguagem e dissolvidos pelas ideias, há um lugar em que definitivamente se inscrevem: a superfície dos corpos” (p. 218). Foi aí, na superfície dos corpos, que se encontra a articulação desses enunciados e é, justamente por isso, que se torna relevante a análise e a intervenção sobre esses enunciados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Artigo nº 226, de 5 de novembro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art226§7>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. **Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências**. Lei Nº 9.263, de 12 de Janeiro de 1996. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9263.htm>. Acesso em: 19 mar. 2018.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 114, p. 197-223, Nov. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 de Junho de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. 254 p. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a. 74 p. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014b. 302 p. Tradução de: Raquel Ramallete.

MILANEZ, Nilton. A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.). **M. Foucault e os domínios da linguagem**: Discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 183-200.

NARDI, Henrique Caetano; SILVA, Rosane Neves da. A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p.187-198, jan./jun. 2004.

NARDI, Henrique Caetano; RAMMINGER, Tatiana. Políticas públicas em saúde mental e trabalho: desafios políticos e epistemológicos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 374-387, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 de Junho de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000200008>.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O Conceito de Biopoder Hoje. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 1, n. 24, p.27-57, 24 abr. 2006

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do Discurso 24, 63, 64, 74, 76, 77, 91, 92, 100

Artes 15, 20, 38, 51, 63, 78, 90, 91, 102, 109, 113, 125, 137, 144, 154, 164, 176, 187, 198, 208, 210, 211, 213, 215, 216, 227, 229, 234, 240, 241, 243, 257, 258, 259, 261, 264, 266, 269, 270, 271

Atos de Fala 20, 21, 22, 26, 37, 233

C

Camilo Castelo Branco 198

Concordância Verbal 15, 16, 17, 18, 19

Conto 102, 103, 108, 154, 155, 156, 158, 161, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

D

Discurso Jornalístico 78, 79, 80, 81, 89

Discurso Jurídico 91, 97

Dramaturgia 202, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215

E

Ensino 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 37, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 68, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 148, 154, 208, 236, 244, 251, 252, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 269

F

Função Social 144, 148, 150

G

Gênero Textual 102, 104, 108, 109

I

Interacionista 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60

Interpretação 57, 70, 71, 76, 79, 116, 123, 127, 130, 137, 138, 140, 141, 143, 151, 153, 155, 164, 166, 168, 178, 180, 232, 243, 246, 256, 257

L

Letras 15, 19, 20, 31, 38, 42, 51, 58, 61, 63, 76, 78, 91, 92, 102, 103, 111, 112, 113, 125, 136, 137, 139, 144, 146, 154, 164, 165, 176, 179, 186, 187, 197, 198, 208, 216, 217, 227, 230, 242, 243, 258, 265, 266, 269, 270, 271

Língua Estrangeira 8, 10, 11, 20, 21, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 138, 139, 142, 143, 258, 259, 260, 264, 266

Língua Materna 9, 20, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 117, 126, 128, 130, 135

Linguística 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 24, 26, 36, 38, 41, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 73, 74, 76, 78, 90, 91, 92, 102, 113, 114, 125, 128, 131, 133, 137, 144, 154, 164, 166, 174, 176, 187, 198, 208, 216, 227, 232, 237, 243, 258, 269, 270, 271

Lírica 164, 166, 167, 168, 169, 171, 174

Livro Didático 113, 114, 115, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 142, 153

Livro Infantil 145, 151, 189

Loucura 99, 100, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 204

Luto 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185

M

Morte 93, 157, 158, 162, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 195, 196, 197, 205, 206, 209, 213

Multidisciplinar 15, 20, 38, 51, 63, 78, 91, 98, 102, 113, 125, 137, 144, 154, 164, 176, 187, 198, 208, 216, 227, 243, 246, 253, 257, 258, 269, 270, 271

Música 28, 118, 119, 227, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266

N

Narrativa Mítica 208, 210, 212, 214

O

Operadores Argumentativos 78, 83, 89

P

Palavras 1, 15, 20, 26, 38, 39, 41, 42, 49, 51, 56, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 78, 80, 81, 82, 86, 89, 91, 102, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 132, 137, 140, 141, 142, 144, 146, 149, 154, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 180, 187, 198, 202, 208, 216, 227, 231, 232, 233, 241, 243, 258, 265

Pintura 169, 217, 218, 221, 222, 224

Poesia 149, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 202, 203, 234

Polifonia 78, 79, 80, 81, 82, 83, 90

Prática de Leitura 104, 108, 110, 111, 140

S

Semântica 13, 20, 22, 23, 25, 27, 28, 31, 36, 37, 40, 41, 54, 77, 79, 110, 116, 127, 173

V

Viola 227, 228, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241

Linguística, Letras e Artes e sua Atuação Multidisciplinar 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Linguística, Letras e Artes e sua Atuação Multidisciplinar 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 